

## 1 Ata da 6º Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos 2 dos Agrotóxicos 3

4 Aos treze dias do mês de setembro de 2017, às 9h15min, na sede do Ministério  
5 Público do Estado do Tocantins – MP/TO, o Procurador de Justiça, Dr. José Maria  
6 da Silva Júnior, deu início à sexta Reunião Ordinária do Fórum com as boas vindas  
7 aos presentes. Lista de presença no anexo I. Posteriormente, foi lida a pauta da  
8 reunião: 1- aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do Fórum; 2- informes da  
9 Coordenação; 3- apresentação do site do Fórum; 4- avaliação do I Encontro  
10 Estadual do Fórum; 5- informação do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre  
11 convênio com a UFT para realização de projeto de pesquisa sobre contaminação de  
12 populações expostas a agrotóxicos; 6- informação da Sesau sobre o Plano Estadual  
13 de Vigilância da População Exposta a agrotóxicos; 7- apresentação do andamento  
14 do Plano de Trabalho pelos relatores das Comissões Temáticas; 8- palavra livre; 9-  
15 encerramento. Colocada em apreciação, a Ata da 5ª Reunião Ordinária foi aprovada  
16 à unanimidade pelo plenário. No segundo item de pauta, Informes da Coordenação,  
17 o Dr. José Maria, informou que os membros do Ministério Público pertencentes ao  
18 Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH/CNPG) e à Comissão Permanente do  
19 Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural (Copema) reunidos em  
20 Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 4, 5 e 6 de setembro de 2017, apresentaram  
21 à plenária do GNDH cinco propostas que tem ligação direta com o tema  
22 agrotóxicos: **1) proposta de enunciado no 001/2017:** os Ministérios Públicos  
23 devem atuar para coibir o uso de agrotóxicos banidos ou não cadastrados nos  
24 países de origem, naqueles em que se originou a síntese correspondente ao  
25 princípio ativo da substância, e naqueles em que é gerada ou manufaturada a  
26 tecnologia ou ainda de onde o produto é importado; **2) proposta de enunciado no**  
27 **002/2017:** os Ministérios Públicos devem atuar de modo a cobrar a implementação  
28 do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - Pronara e incentivar a  
29 produção agroecológica. **3) proposta de enunciado no 003/2017:** os Ministérios  
30 Públicos devem atuar para aprimorar a regulamentação e intensificar a fiscalização  
31 pelos órgãos competentes da pulverização aérea de agrotóxicos diante dos riscos  
32 de contaminação do ar, do solo, dos recursos hídricos dos prejuízos irreversíveis à  
33 fauna, a flora e à saúde humana. **4) proposta de enunciado no 004/2017:** os  
34 Ministérios Públicos devem adotar medidas para buscar que sejam realizados, no  
35 âmbito dos estados e do Distrito Federal, Programas de Monitoramento de  
36 Resíduos em Alimentos (Para), assim como para a execução do Plano Nacional de  
37 Segurança Alimentar (Plansan 2016-2019). **5) proposta de enunciado no**  
38 **005/2017:** os Ministérios Públicos devem adotar medidas para que, no âmbito dos  
39 estados e do Distrito Federal, os prestadores de serviços de abastecimento de água  
40 realizem programas de monitoramento da qualidade da água, ampliando o rol de  
41 agrotóxicos dispostos na portaria do ministério da saúde 2914/11, de modo a  
42 abarcar, no mínimo, os 20 agrotóxicos mais utilizados nos respectivos municípios,  
43 além daqueles estabelecidos na referida portaria. A coordenação apresentou  
44 também o ofício do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do  
45 Tocantins (Consea) que solicita uma cadeira como integrante do Fórum. No entanto,  
46 por ser um Conselho e não uma instituição formal, ficou decidido que o Consea fará  
47 parte do Fórum como convidado, assim como a Campanha Permanente Contra os  
48 Agrotóxicos e pela Vida. Em seguida foi apresentada a página na internet do  
49 Fórum, que ficará hospedada no site do Ministério Público do Estado. Foi sugerido  
50 acrescentar na página quatro abas novas: 1) publicações; 2) legislação; 3) agenda  
51 e 4) denúncias. Esta última aba remeterá aos sites dos parceiros responsáveis pelo  
52 atendimento das denúncias, conforme o tema a ser denunciado. Os integrantes do

53 Fórum também autorizaram colocar os links dos seus sites na página do Fórum e,  
54 por fim, aprovaram colocar a página on online. No quarto item da pauta foi avaliado  
55 o I Encontro Estadual do Fórum, que foi realizado em 21 de junho de 2017. O  
56 Encontro teve 180 inscritos e 137 presentes, apresentou nove palestras, seguidas  
57 de respostas a perguntas feitas por escrito. A viabilização do encontro foi possível  
58 graças a parceria técnica, financeira e institucional, especialmente a colaboração  
59 financeira do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ministério  
60 Público do Trabalho, Sesau, Adapec e Associação Nativa de Produtores Rurais que  
61 forneceu a alimentação para o coffe break. No geral, a avaliação do encontro foi  
62 positiva. No entanto, foi sugerido que no próximo encontro: 1) haja mais espaço  
63 para debates; 2) seja pensado outro formato para que haja mais participação,  
64 como, por exemplo, palestras simultâneas; 3) que as Comissões Temáticas fiquem  
65 responsáveis por propiciar os debates sobre os temas; 4) que os integrantes do  
66 Fórum coloquem no orçamento de 2018 recurso financeiro para a realização do II  
67 Encontro. No quinto item de pauta, a procuradora do Ministério Público do Trabalho,  
68 Maria Nely, falou sobre o termo de convênio com a UFT para a análise laboratorial  
69 de impacto dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde humana. A cooperação  
70 focará nesse primeiro momento em aparelhar o laboratório de química da  
71 universidade e atuar na análise de contaminação por agrotóxicos nos municípios de  
72 Campos Lindos, Porto Nacional e Lagoa da Confusão. A escolha dos três  
73 municípios se dá pelo alto consumo de agrotóxicos nessas localidades. No dia 21  
74 de setembro haverá reunião para finalizar o projeto de implantação do termo de  
75 convênio. O representante da Adapec pediu para acrescentar nessa fase o  
76 município de Pedro Afonso por estar entre os que mais usam agrotóxico. No  
77 entanto, a Dra Maria Nely explicou que não será possível agora, mas numa  
78 segunda fase. O sexto item de pauta foi a informação da Sesau sobre a elaboração  
79 do Plano Estadual de Vigilância da População Exposta a Agrotóxicos, coordenado  
80 pela Vigilância em Saúde. O Plano está sendo elaborado por profissionais da  
81 Universidade Federal do Mato Grosso e nessa fase apresentou documentos  
82 técnicos sobre a produção agrícola do Tocantins, locais de aplicação aérea de  
83 agrotóxicos, locais de armazenamento, perfil rural do Tocantins e práticas  
84 agroecológicas e levantamento de notificações de casos de população expostas. O  
85 Plano será apresentado ao Fórum quando estiver concluído. O sétimo item de  
86 pauta foram as apresentações do andamento do Plano de Trabalho pelos relatores  
87 das Comissões Temáticas; O Plano de Trabalho já está com mais de 50% das  
88 ações implementadas. Os detalhes das execuções das ações podem ser  
89 acompanhadas pela planilha constante do anexo II desta ata. Na palavra livre a  
90 Semus informou sobre a realização em 5 de dezembro do II Fórum de Vigilância em  
91 Saúde. Nada mais havendo a ser tratado, a 6ª Reunião Ordinária foi encerrada, às  
92 12h05min, cuja ATA foi por mim, Marli Teresinha dos Santos, analista ministerial  
93 especializada do Ministério Público do Estado, redigida e assinada.